

prolongada, tanto para os países desenvolvidos quanto para os em desenvolvimento.

Porém, diferentemente da crise de 1929, a solução da crise atual só poderá ser resolvida por meio de uma solução decidida em nível global. Essa crise se dá em um mundo mais globalizado. E, nesse mundo mais globalizado, faz-se necessária uma solução global.

As soluções dos problemas atuais devem ser pensadas com uma visão de mundo operando dentro de regras e normas globais, criadoras de estruturas que admitam a existência de diferenças entre as nações, os países e os Estados. Essas

medidas devem procurar prevenir uma catástrofe econômica, principalmente nos países em desenvolvimento.

Nessa realidade, o processo de desenvolvimento mundial deve levar em conta as diferenças entre as nações e criar leis que permitam e incentivem o desenvolvimento dos países mais pobres e a geração de emprego e renda para a população trabalhadora mundial.

***Professor Adjunto da UFPI, Chefe do Departamento de Ciências Econômicas e Mestre pelo CAEN-UFC.**

TEORIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS PARA JUSTIFICAR OS INTERESSES DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

por Walber José da Silva*

A NECESSIDADE DE FORJAR TEORIAS

Sendo o meu propósito nesse ensaio opor os interesses políticos e econômicos dos países desenvolvidos *vis-à-vis* aos países subdesenvolvidos, é oportuno, antes de tudo, fazer duas perguntas basilares:

- 1ª) O que são os países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos?
- 2ª) O que são os países desenvolvidos para os países subdesenvolvidos?

Sob os pontos de vista econômico e político, as respostas a estas questões são diferentes e, alguns pontos, diametralmente opostas. Os contrastes se acentuam quando as respostas forem dadas para justificar os interesses econômicos e políticos dos países subdesenvolvidos ou dos países desenvolvidos. As divergências são abrandadas na medida em que os países desenvolvidos impõem suas respostas aos subdesenvolvidos, usando não somente seu prestígio e sua mídia, como também toda espécie de pressão, para usar as palavras de Celso Melo¹.

As respostas dos países desenvolvidos às questões acima são entregues aos países subdesenvolvidos embaladas em papel de liberdade

(econômica, cultural, científica, política, religiosa, etc., etc.), pelas vias acima referidas, e digeridas com aptidão, fascinação, devoção e desprezo a si mesmo, pelos cidadãos do “terceiro mundo”, inclusive pela elite nacional (econômica, política, intelectual e religiosa), única a dela tirar algum proveito.

Celso Melo, referindo-se ao futuro da democracia e da possibilidade dos países subdesenvolvidos acederem às condições propiciatórias de uma democracia substancial, dá-nos uma visão do que representam os países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos. Diz o autor:

É que os (países) subdesenvolvidos têm sido e são, naturalmente, meros peões no tabuleiro de xadrez da economia e, pois, da política internacional; logo, por definição, sacrificáveis para o cumprimento dos objetivos maiores dos que movem as peças.

E, naturalmente, quem move as pedras no tabuleiro do xadrez da economia e da política internacional são os países cêntricos e não os países periféricos. Todas as regras desse jogo são formuladas para garantir a hegemonia daqueles

países. O principal processo de construção das regras do jogo se dá através de formulação de teorias políticas e de teorias econômicas para justificar interesses de quem as formula.

São dessas teorias políticas e econômicas que se valem os países subdesenvolvidos para alcançar seus objetivos (econômicos, sociais e políticos), como assinala Celso Melo², *in verbis*:

De outra parte, esta situação inferior em que vivem os Estados apenas formalmente democráticos lhes confere, em todos os planos, um caráter de natural subalternidade em face dos países cêntricos, os quais, compreensivelmente, são os produtores de idéias, de “teorias” políticas ou econômicas, concebidas na conformidade dos respectivos interesses e que se impõem aos subdesenvolvidos, não apenas pelo prestígio da origem, mas também por toda a espécie de pressões.

Naturalmente, o uso desses postulados pelos países subdesenvolvidos não os conduzirá a encontrar um caminho seguro rumo ao desenvolvimento. Haverá sempre obstáculos intransponíveis, erguidos pelos países cêntricos, para impedir o progresso dos países periféricos. São obstáculos de toda ordem: econômico, cultural, tecnológico, político, militar, religioso, etc.

AS TEORIAS POLÍTICAS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

No mundo contemporâneo, não há questionamentos relevantes quanto à ideia da soberania do povo nos Estados modernos. Há, evidentemente, questões relevantes quanto ao exercício dessa soberania, especialmente quanto às condições de igualdade e de liberdade do povo. Os conceitos de igualdade e liberdade têm inúmeras gradações, o que os tornam altamente voláteis na história econômica, política e social da humanidade, especialmente quando associados à ideia de democracia.

A ideia predominante hodiernamente sobre democracia é que nela deve existir igualdade e liberdade para o conjunto das pessoas que formam o Estado, isto é, para todo o povo, como bem assinala Helena Reis³, citando Tocqueville:

Apesar de reconhecer as dificuldades, Tocqueville sabe que democracia exige a responsabilização de todos na construção das condições de respeito a igual liberdade de cada um; e a entende,

fundamentalmente, como um estado social de igualdade de condições regido por uma forma de governo na qual o povo é o soberano, associando, deste modo, igualdade e liberdade. Igualdade social significa que toda a diferença existente (seja econômica, intelectual ou política) é apenas circunstancial, passível de mudança e radicalmente oposta à submissão de uns a outros. Eis porque, segundo Tocqueville, a igualdade de condições é um princípio constitutivo da ordem democrática, que afeta a propriedade, os costumes, a opinião e também a esfera política.

Outra característica importante do estágio conceitual em que se encontra a democracia corrente é o voto universal para a escolha dos governantes. Todas as teorias sobre democracia convergem para a ideia de que ela requer eleições “livres”, com voto universal.

A democracia concebida pelas teorias dominantes é mais concreta, mais real nos países desenvolvidos, porque as condições de igualdade e liberdade neles são mais vivas. Neles não há gritantes desigualdades culturais (cultura aqui no sentido de conhecimento escolástico e capacidade das pessoas de leitura das realidades local, regional, nacional e internacional), econômicas e sociais. As pessoas que possuem níveis culturais, econômicos e sociais mais baixos são minoria e nem de longe se assemelham com as das classes sociais inferiores dos países subdesenvolvidos.

Transpor dos países desenvolvidos, como fazem os países subdesenvolvidos, os mesmos instrumentos usados na construção da democracia, às vezes até de forma mais exacerbada que o modelo original⁴, não garante a mesma funcionalidade da democracia. Apenas põe uma capa de democracia sobre uma sociedade completamente distinta da que serviu de modelo. O formalismo democrático não garante a democracia real. Essa deve ser forjada dentro do seio de cada sociedade, considerando todas as suas peculiaridades. Para isso, devem ser formuladas teorias políticas sobre a democracia que reflitam os interesses dos países subdesenvolvidos.

Neste particular, a ciência política não tem conseguido avançar. Falta aos cientistas políticos do “terceiro mundo” algum ingrediente (coragem, visão, interesse, etc.) para forjar teorias políticas capazes de contribuir para a evolução (em todos os sentidos) das sociedades dos países subdesenvolvidos.

O mesmo ocorre com os economistas dos países subdesenvolvidos, cuja formação é toda dirigida para reproduzir conceitos e teorias das economias desenvolvidas.

AS TEORIAS ECONÔMICAS NOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

Reconheço que nas ciências econômicas podem ser muitos os pontos de contato ou de identidade entre os sistemas econômicos dos países subdesenvolvidos e dos países desenvolvidos. Quanto maior o grau de desenvolvimento econômico do país subdesenvolvido, mais identidade há com os países desenvolvidos. O contrário também é verdade.

Esta realidade não implica que a eficiência do sistema econômico dos países subdesenvolvidos somente será alcançada se forem adotadas as teorias econômicas ditadas pelos países desenvolvidos. Em grande escala, os interesses econômicos dos países desenvolvidos são opostos aos interesses econômicos dos países subdesenvolvidos.

Para ilustrar a afirmação acima, vou fazer uma rápida excursão sobre o papel atribuído ao Estado na teoria econômica capitalista.

A teoria econômica capitalista clássica atribuía ao Estado um papel secundário, de pouca relevância na economia. Este deveria se afastar das atividades econômicas, devendo apenas zelar e garantir o livre-mercado. A livre-empresa e o livre-mercado eram garantia do funcionamento mais eficiente possível da economia.

O surgimento do sistema econômico socialista na URSS, em 1917, em oposição ao sistema capitalista, fez nascer uma disputa pela hegemonia econômica mundial. O sistema socialista, com forte apelo às massas, sinalizava uma melhoria nas condições de vida da sociedade, especialmente dos países periféricos.

O sistema econômico capitalista se mostrava eficiente e seus postulados garantiam a impossibilidade de desestabilização geral do sistema.

A crise econômica de 1929 veio para provar o contrário: a livre-empresa e o livre-mercado, por si sós, não garantem o funcionamento mais eficiente da economia. Agora, a intervenção do Estado era necessária para garantir o nível de emprego e de produção.

No auge da crise do sistema capitalista, em 14/11/1933, Benito Mussolini fez um discurso na

assembleia geral do Conselho Nacional das Corporações defendendo a instituição, na Itália, do sistema econômico corporativo (em contraposição aos dois sistemas econômicos existentes: o socialista e o capitalista), no qual destacava a necessidade de o Estado socorrer o sistema capitalista em momento de crise, nos seguintes termos⁵:

É justamente este o momento em que a onda capitalista, achando-se em dificuldades, atira-se nos braços do Estado; é o momento em que se torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado. Já não existe um só campo econômico em que o Estado não tenha que intervir.

Efetivamente, a crise de 1929 somente foi superada com a forte intervenção do Estado na economia, seguindo os conselhos de John M. Keynes, que ficaram conhecidos como a doutrina ou teoria keynesiana.

Essa superação era necessária não só para garantir a sobrevivência do sistema capitalista como também para evitar a ampliação da onda socialista pelo mundo.

Do ponto de vista político, a solução foi a ampliação dos direitos individuais e a diminuição dos privilégios das elites. Como resultado, surgiu o intitulado Estado Providência ou Estado do Bem-Estar Social. A social-democracia alastrou-se pela Europa para salvar o sistema capitalista de produção, como bem o disse Bresser-Pereira, citado por Cláudia Pinto⁶:

A grande crise dos anos 30 originou-se no mau funcionamento do mercado. Conforme Keynes tão bem verificou, o mercado livre levou as economias capitalistas à insuficiência crônica da demanda agregada. Em conseqüência entrou também em crise o Estado Liberal, dando lugar à emergência do Estado Social Burocrático.

Toda essa articulação econômico-política se deu sob os auspícios do Estado, que passou a ter papel decisivo na economia. Passou a ser o seu timoneiro, o seu guia. O Estado passou a defender os interesses das empresas, especialmente da grande empresa, a proteger os empregos e seus mercados.

Sobre esse novo papel do Estado nas economias avançadas da Europa, Peter Evans⁷ destaca a visão de Weber sobre a relação entre o capital e o Estado, que entendo oportuno destacar, por ser emblemática para o tema aqui discutido:

Considerando as sociedades com mercados consolidados, Weber avançou nessa linha de raciocínio ao afirmar que a operação da empresa capitalista de grande escala dependia da disponibilidade do tipo de ordem que apenas o moderno Estado burocrático poderia oferecer. Como afirmou ele, "O capitalismo e a burocracia se encontram e se unem intimamente".

(...)

Para Weber, o Estado era útil àqueles que operavam no mercado exatamente porque as ações de seus encarregados obedeciam a uma lógica completamente diferente da lógica da troca utilitarista.

(...)

Em suma, Weber concebia a construção de uma estrutura sólida e competente como um pré-requisito necessário ao funcionamento do mercado.

O mesmo Peter Evans⁸, ao se referir ao papel do Estado nos países subdesenvolvidos, muda de visão e condena a ampliação das atribuições do Estado, tratando a administração estatal como se fosse uma empresa em que a receita deve cobrir as despesas e quando isto não ocorre é porque a administração não foi eficiente.

A capacidade do Estado de desempenhar funções administrativas e outras deve ser abordada como um bem escasso. (...) A expansão insensata do menu de incumbências leva com demasiada freqüência a um círculo vicioso. A capacidade do Estado cresce de modo mais lento que a expansão das tarefas. Deseconomias administrativas e organizacionais de escala e de oportunidade levam ao declínio do desempenho. O desempenho inadequado avilta a legitimidade e dificulta a reivindicação dos recursos necessários a aumentar a capacidade. O abismo entre capacidades necessária e disponível se escancara chegando mesmo a ameaçar a execução eficaz das tarefas de "guarda-noturno". Quase todos os Estados do Terceiro Mundo tentam fazer mais do que são capazes.

Os limites das ações econômicas do Estado não podem ser os mesmos para todos os países com economia de mercado. Eles são diferentes para cada Estado e se alteram conforme se altera a conjuntura econômica e política nacional ou internacional.

Fica evidente, portanto, a necessidade de se formular teorias econômicas sobre o papel do

Estado nos países subdesenvolvidos. Esta é uma tarefa afeita aos economistas e cientistas sociais e políticos desses países, ainda mais depois da crise econômica desencadeada a partir do final de 2008, com efeitos devastadores em todas as economias do mundo e que confirma a assertiva de Mussolini de que "é justamente este o momento em que a onda capitalista, achando-se em dificuldades, atira-se nos braços do Estado; é o momento em que se torna cada vez mais necessária a intervenção do Estado".

Claro que o novo chamamento do Estado para socorrer o sistema econômico capitalista vai obrigar os países cêntricos a formular novas teorias sobre o papel do Estado na economia. Já se observa que alguns passos estão sendo dados para refundar o capitalismo. Países da União Europeia estão contestando a unipolaridade mundial assumida pelos Estados Unidos com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS, que extinguiu a bipolaridade mundial até então existente⁹ e fez nascer a "ideia única", como se refere a esquerda europeia ao neoliberalismo econômico, que passou a dominar todas as economias do mundo.

Assim, como ocorreu em 1929, a crise iniciada em 2008 mostrou (e está mostrando) que o livre-mercado e a livre-empresa defendida pelo neoliberalismo econômico (pelo menos a grande empresa industrial e financeira) não levam à eficiência e à estabilidade do sistema econômico capitalista.

Para resolver a crise, além das antes inimagináveis intervenções do governo dos Estados Unidos na sua economia, líderes europeus, principalmente da França e da Alemanha, falam em retorno do Estado à economia, não apenas como um Estado regulador e protetor, mas também como um Estado empreendedor.

Antecipando-se aos líderes da União Europeia, o ministro Roberto Mangabeira Unger, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo, edição de 21/09/08, questiona as duas formas clássicas do Estado intervir na economia (subsidiando a iniciativa privada ou realizando investimentos diretos) e lança o seguinte e relevante desafio:

Por que nos satisfazemos com essa escolha entre dois modelos insuficientes? Há alternativas. O problema é que requerem o que nos tem faltado: disposição para inovar na maneira de organizar a

relação entre o Estado e a iniciativa privada e de estruturar a própria economia de mercado.

A disposição para inovar, a que se refere o ministro Unger, passa necessariamente pela formulação de teorias econômicas que reflitam os interesses e as peculiaridades dos países subdesenvolvidos. A aplicação de velhos e novos modelos econômicos ditados pelo centro econômico mundial nunca vai atender plenamente aos interesses de quem se encontra na periferia.

O desafio lançado pelo ministro Unger é extremamente relevante para o Brasil e para todos os países em desenvolvimento.

CONCLUSÃO

Ficou evidente no curso desta exposição a necessidade dos cientistas (sociais, econômicos e políticos) dos países subdesenvolvidos voltarem os seus olhos e mentes no diagnóstico dos problemas específicos de seus países e gestarem soluções corajosas, como bem disse o ministro Mangabeira Unger, para a suplantação dos mesmos, ainda que isto represente um rompimento (inclusive intelectual) ou um confronto vigoroso com interesses dos países desenvolvidos ou com as teorias que representam ou dão conformidade e legitimidade científica a estes interesses.

A produção de ideias, de teorias, com os objetivos aqui propostos, não implica em desprezo à produção científica dos países desenvolvidos. Ao contrário. Elas são de grande valia, posto que ajudam a compreender realidades e a propor soluções concretas, mesmo estando provado que, em grande parte, estas teorias não servem para resolver os problemas de tantas misérias (econômica, cultural, política, sanitária, habitacional, estrutural, etc.) que afligem a grande maioria da população desses países, agravados pela existência de uma elite com padrões de vida do primeiro mundo, única beneficiada pelas “teorias importadas”.

Notas

1 MELO, Celso Antonio Bandeira de. A democracia e suas dificuldades contemporâneas. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 35, n. 137, jan./mar. 1998. p. 263.

2 Op.cit., p. 257.

3 REIS, Helena E. dos. Virtudes e vícios da democracia. In: **Philosophos**, n. 11 (1), jan./jun. 2006. p. 116.

4 Refiro-me ao voto para eleger os dirigentes máximos do Estado. Nas chamadas grandes democracias mundiais (EUA, Alemanha, Inglaterra, p. ex.), os dirigentes máximos não são escolhidos em eleição direta. São escolhidos em eleição indireta. Os países desenvolvidos abominam as eleições indiretas nos países subdesenvolvidos. Quem as adota não é considerado por eles como um país democrático.

5 MUSSOLINI, Benito. **O Estado corporativo**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. p. 5.

6 PINTO, Cláudia M. C. B. O processo de privatização e desestatização do Estado brasileiro. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. São Paulo: Record, 2000. p. 5.

7 EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**. n. 28/29. 1993. p. 115-116.

8 Op. cit., p. 150-151.

9 MELO, op. cit., p. 264, refere-se a este tema nos seguintes termos: “A bipolaridade mundial, dantes existente (mas finda com a implosão da União Soviética), com o confronto de idéias providas dos dois centros produtores de ideologias antagônicas, ensejava, além da área de fricção, de per si desgastadora de seus extremismos, um natural convite à crítica de ambas, na trilha da síntese resultante de tal dialética”.

***Professor do Departamento de Ciências Econômicas/UFPI e mestrando em Ciência Política na mesma Instituição.**